



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90083/2025

CONTRATANTE (153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)
DIRETORIA DE COMPRAS - DCOM/UFG

OBJETO

Registro de preços para aquisição de material hidráulico para manutenção predial.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.005.386,77 (um milhão, cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 31/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Com itens exclusivos para ME/EPP

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Sim - Item 35.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO

Até às 17:00h do dia 26/03/2026 para o e-mail: pregao.dcom@ufg.br

INFORMAÇÕES GERAIS DO CERTAME

Quantidade de itens do certame: 175

Pregoeiro Oficial: Saullus Eduardo

Contato: (62) 99988-6032

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DO TERMO DE CONTRATO
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13. DOS RECURSOS
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

Processo Administrativo nº 23070.041427/2025-04

Torna-se público que a Universidade Federal de Goiás, por meio de sua Equipe de Pregoeiros e Apoio, sediada na Diretoria de Compras - DCOM/UFG - Campus II Samambaia, Goiânia - Go, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. **O objeto da presente licitação é Registro de preços para aquisição de material hidráulico para manutenção predial conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**
- 1.2. A licitação será dividida em 175 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do
- 3.2. Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.7. Com exceção dos itens 7 e 172, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 3.8. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.10.11. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.10.12. *pessoas físicas.*

- 3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou
- 3.18. funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estabelecida no TR.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. **Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.**
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,02 (dois centavos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1. empresas brasileiras;
- 7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.3. empresas **que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#)**.
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
 - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
 - 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1. poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) **encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;**

b) **disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou**

c) **outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.**

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ufg.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.phpacao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_exte

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#)
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;

- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregao.dcom@ufg.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.dcom.ufg.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.1.2. Apêndice do Anexo II - Termo de Ciência e concordância;
- 16.11.1.3. Apêndice do Anexo III - Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.4. ANEXO IV – Modelo de proposta de preços (uso obrigatório);
- 16.11.5. ANEXO V - Orientações sobre o cadastro de usuário extremo - Sistema SEI/UFG.

Goiânia, na data da assinatura digital.

Jaqueline Sousa
Assistente em Administração
Coordenação de Licitações/DCOM/UFG

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida De Sousa**, **Assistente em Administração**, em 17/03/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6051786** e o código CRC **B182E6AF**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 257/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG

257/2025

Editado por

153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA

Atualizado em

17/03/2026 12:03 (v 0.12)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

23070.041427/2025-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material hidráulico para manutenção predial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNIDADE DE FORNEC.	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	300	UNIDADE	ACABAMENTO, HIDRÁULICO, VÁLVULA, DESCARGA 1.1/2 DN40 HYDRA MAX-CROMADO 2550.C.112, DIMENSÕES: ALTURA: 96MM, COMPRIMENTO: 48MM, LARGURA: 107MM, CLASSE DE PRESSÃO: 2 A 40 MCA, MATERIAL DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTOMEROS, PADRÃO NBR15857, REPOSIÇÃO	406263	R\$ 64,39	R\$ 19.317,00
2	300	UNIDADE	ACABAMENTO, VÁLVULA DESCARGA, METAL DOCOL CLASSICA CHROME, METAL CROMADO, COD 01500006 REPOSIÇÃO DIMENSÕES: ALTURA: 120MM, COMPRIMENTO: 51MM, LARGURA: 150MM, CLASSE DE PRESSÃO: 2 A 40 MCA, MATERIAL DE LIGA DE COBRE E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTOMEROS, ACOMPANHA 2 NIPLES, 2 PARAFUSOS, 1 ACABAMENTO E 1 MANUAL DE INSTALAÇÃO PADRÃO NBR15857	358136	R\$ 102,00	R\$ 30.600,00
3	100	UNIDADE	ACABAMENTO, VÁLVULA HIDRÁULICA DESCARGA, COR CROMADO, ATENDE NORMA NBR 9050, ACIONAMENTO ALAVANCA, IDEAL PARA PORTADORESDE DIFICULDADE MOTORA, IDOSOS E CRIANCAS, (REF.: LINHA PRESMA TIC BENEFIT DOCOL)	601184	R\$ 543,98	R\$ 54.398,00
			ADESIVO, PLÁSTICO, PVC, FLUÍDO LIQUIDO, A BASE DE SOLVENTES FORMALDEÍDOS, CETONAS E RESINAS DE PVC, TEOR VOLÁTIL			

4	100	FRASCO	86%, FRASCO 850G FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	380461	R\$ 72,86	R\$ 7.286,00
5	16	UNIDADE	ALICATE, BOMBA D'ÁGUA, 9, ½", COM REGULAGEM POR RANHURAS E SISTEMA DE TRAVA	616094	R\$ 45,50	R\$ 728,00
6	60	UNIDADE	ANEL, VEDAÇÃO, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, COR AZUL, COM GUIA COMPOSIÇÃO: BORRACHA BUTÍLICA, RESINA SINTÉTICA, CARGA INORGÂNICA, PIGMENTO INORGÂNICO, ÓLEO MINERAL, ANTIOXIDANTE E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, PARA BACIAS SANITÁRIAS DE ACORDO COM A NORMA NBR 15097 COM VALIDADE DE 2 ANOS À PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO REGISTRADA NA EMBALAGEM	367406	R\$ 14,66	R\$ 879,60
7	800	UNIDADE	ASSENTO, VASO SANITÁRIO, CONVENCIONAL, UNIVERSAL, COR BRANCA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, MODELO OVAL, ANTI DESLIZANTE, DIMENSÕES: DISTÂNCIA DOS FUROS DO ASSENTO SANITÁRIO 15CM X DIMENSÃO ASSENTO SANITÁRIO 42CM X 37CM FECHAMENTO COMUM, TIPO DE FIXAÇÃO PARAFUSO PLÁSTICO, SUPORTA 150KG GARANTIA 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, DEVE-SE SEGUIR A NORMA ABNT NBR 9050:2015	382123	R\$ 122,50	R\$ 98.000,00
8	50	UNIDADE	ASSENTO, VASO SANITÁRIO, INFANTIL, DIMENSÕES: 39,0 X 30,5 X 4,0 CM, COMPATIBILIDADE LOUÇAS INFANTIS DECA, CELITE, INCEPA E ICASA, SOPRANO COMUM, COR BRANCA	463371	R\$ 78,75	R\$ 3.937,50
9	20	UNIDADE	BASE REGISTRO PRESSÃO, 3/4", DN20 CÓDIGO 4416.202, GABARITO DE INSTALAÇÃO PARA RANGE DE EMBUTIMENTO (MÍNIMO E MÁXIMO) ALTURA 112MM, COMPRIMENTO 44MM, LARGURA 56MM, E PROTEÇÃO, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO, SETA COM SENTIDO DE PASSAGEM DA AGUA, COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, GARANTIA 10 ANOS, ATENDER O REQUISITOS DA NORMA DE REGISTRO DE PRESSÃO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS – ABNT NBR 15704 E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS, DECA, PEÇA PARA REPOSIÇÃO	299632	R\$ 50,58	R\$ 1.011,60
10	100	UNIDADE	BASE, VÁLVULA, DESCARGA, DOCOL 1 1/2" DN40, CÓD 01021500, DIMENSÕES: ALTURA: 95MM, COMPRIMENTO: 120MM, LARGURA: 85MM, COMPLEMENTOS GABARITO DE INSTALAÇÃO SISTEMA AUTO LIMPANTE, CARTUCHO UNICO DE REPARO, REGISTRO INTEGRADO PARA REGULAGEM DE VAZÃO E MANUTENÇÃO, FUNCIONA EM ALTA E BAIXA PRESSÃO E POSSUI ALTA DURABILIDADE COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, ZAMAC, ATENDER O REQUISITOS CONFORME PADRÃO NBR 15857 REPOSIÇÃO	256279	R\$ 144,67	R\$ 14.467,00
			BASE, VÁLVULA, DESCARGA, HYDRA MAX,			

11	100	UNIDADE	CLEAN E PRO - HYDRA BASE 1 1/2" DN40 CÓD 4550.504, DIMENSOES: ALTURA: 91MM, COMPRIMENTO: 132MM, LARGURA: 85MM, SISTEMA AUTO LIMPANTE, CARTUCHO UNICO DE REPARO, REGISTRO INTEGRADO PARA REGULAGEM DE VAZÃO E MANUTENÇÃO, FUNCIONA EM ALTA E BAIXA PRESSÃO E POSSUI ALTA DURABILIDADE NORMA NBR15857, PEÇA PARA REPOSIÇÃO	356591	R\$ 146,75	R\$ 14.675,00
12	20	UNIDADE	BOLSA, FERRAMENTA, MATERIAL NYLON DUPLO REFORÇADO COM TRAMA DE 1000 FIOS, ESTRUTURA INTERNA EM AÇO, 37 COMPARTIMENTOS INTERNOS, ALÇA REMOVÍVEL COM PROTEÇÃO PARA OMBROS, PARTE INFERIOR/ EXTERNA EMBORRACHADA RESISTENTE À ÁGUA, BARRA PRINCIPAL EMBORRACHADA, COMPRIMENTO 470 X LARGURA 210 X ALTURA 350 MM, PESO 2,8KG	389082	R\$ 214,90	R\$ 4.298,00
13	35	UNIDADE	BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 10MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	313112	R\$ 38,90	R\$ 1.361,50
14	35	UNIDADE	BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 12MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	274224	R\$ 27,32	R\$ 956,20
15	35	UNIDADE	BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 6MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	345433	R\$ 35,10	R\$ 1.228,50
16	35	UNIDADE	BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 8MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	345434	R\$ 38,00	R\$ 1.330,00
17	60	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO LONGA SOLDÁVEL PVC - 40 X 25 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	622112	R\$ 3,70	R\$ 222,00
18	40	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL, PVC, 25 X 20 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	318495	R\$ 1,49	R\$ 59,60
19	300	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL, PVC, 32 X 25 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	622103	R\$ 3,00	R\$ 900,00
20	50	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL, PVC, 40 X 32 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	622113	R\$ 5,44	R\$ 272,00
21	50	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL, PVC, 50 X 40 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	358369	R\$ 6,09	R\$ 304,50
22	50	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL, PVC, 60 X 50 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE	319679	R\$ 12,38	R\$ 619,00

			ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H			
23	100	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, LONGA , PVC, 50 X 40MM, 1ª LINHA, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	358369	R\$ 6,09	R\$ 609,00
24	50	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, LONGA, SOLDÁVEL, PVC, 50 X 32 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	357165	R\$ 9,79	R\$ 489,50
25	50	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, LONGA, SOLDÁVEL, PVC, 75 X 50 MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	350893	R\$ 15,99	R\$ 799,50
26	40	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 1" X 1/2" FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	295727	R\$ 1,99	R\$ 79,60
27	30	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 2" X 1" FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	610658	R\$ 13,26	R\$ 397,80
28	60	UNIDADE	BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 3/4" X 1/2", FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	359398	R\$ 1,60	R\$ 96,00
29	20	UNIDADE	CAIXA SIFONADA, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, DN 185X150X75, GRELHA ABRE FECHA E PORTA GRELHA QUADRADA, CROMADA, COM 5 ENTRADAS	480702	R\$ 77,02	R\$ 1.540,40
30	100	UNIDADE	CAP, SOLDÁVEL, PVC, 25MM COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351445	R\$ 0,80	R\$ 80,00
31	100	UNIDADE	CAP, SOLDÁVEL, PVC, 32MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	248773	R\$ 2,98	R\$ 298,00
32	50	UNIDADE	CAP, SOLDÁVEL, PVC, 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351448	R\$ 5,98	R\$ 299,00
33	30	UNIDADE	CAP, SOLDÁVEL, PVC, 75MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	380966	R\$ 16,74	R\$ 502,20
34	10	UNIDADE	CHAVE, AJUSTÁVEL, TIPO GRIFO, MATERIAL CABO E CABEÇA EM AÇO VANÁDIO, CABO PINTADO, MEDIDA 14 POLEGADAS, ABERTURA 60MM, APLICAÇÃO MONTAGENS E DESMONTAGENS DE TUBULAÇÕES EM GERAL	386810	R\$ 46,00	R\$ 460,00
35	100	UNIDADE	CHAVE-BÓIA, ELÉTRICA REGULADORA DE NÍVEL, 250V, 15A, 0°C À 60°C COM IPX8, CLASSE II, MICRO-DESCONEXÃO, CONTROLE POR PRINCÍPIO ELETROMECÂNICO, CONTATO REVERSÍVEL, PERMITE O CONTROLE DE NÍVEL INFERIOR OU SUPERIOR.	379011	R\$ 49,38	R\$ 4.938,00
36	20	JOGO	CHAVE, FENDA E PHILLIPS, JOGO COM 6 PEÇAS, FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, CABO PLÁSTICO, 4 FENDA: 1/8X3.1	602695	R\$ 65,99	R\$ 1.319,80

			/8" - 1/4X4" - 1/4X6" -3/16X4", 2 PHILIPS: 3/16X3.1/8" - 1/4X5"			
37	15	UNIDADE	CHAVE, TIPO COMBINADA BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 10MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	342876	R\$ 16,41	R\$ 246,15
38	15	UNIDADE	CHAVE, TIPO COMBINADA, BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 11MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	342876	R\$ 18,80	R\$ 282,00
39	15	UNIDADE	CHAVE, TIPO COMBINADA, BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 13MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	601340	R\$ 18,80	R\$ 282,00
40	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA TIPO PLUG, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	265168	R\$ 3,92	R\$ 235,20
41	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, TIPO CAP, APLICAÇÃO INSTALAÇÕES ESGOTO, DN 100MM, SN, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	380960	R\$ 12,21	R\$ 1.221,00
42	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, TUBO LIGAÇÃO, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, COR BRANCO, 38 MM(1 1/2") DN, COMPRIMENTO 30CM, ACOMPANHA CANOPLA DE PAREDE E ESPUDE	468733	R\$ 11,90	R\$ 2.380,00
43	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO ADAPTADOR, MATERIAL PVC, TIPO FIXAÇÃO SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, BITOLA 20MM X 1/2", COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	380961	R\$ 6,29	R\$ 314,50
44	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO ADAPTADOR, MATERIAL PVC, TIPO FIXAÇÃO SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, BITOLA 25MM X 3/4", COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	380962	R\$ 3,70	R\$ 222,00
45	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO ADAPTADOR, MATERIAL PVC, TIPO FIXAÇÃO SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, BITOLA 50MM X 1.1/2", COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	380962	R\$ 11,26	R\$ 675,60
46	20	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO CAP, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	252545	R\$ 59,88	R\$ 1.197,60
			CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º			

47	60	UNIDADE	ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351452	R\$ 6,56	R\$ 393,60
48	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	242793	R\$ 2,99	R\$ 149,50
49	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	242984	R\$ 1,09	R\$ 109,00
50	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	243109	R\$ 3,73	R\$ 373,00
51	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	236905	R\$ 4,04	R\$ 404,00
52	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	265055	R\$ 7,95	R\$ 795,00
53	70	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351457	R\$ 37,01	R\$ 2.590,70
54	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351455	R\$ 4,00	R\$ 800,00
55	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 32MM X 3/4", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351468	R\$ 19,15	R\$ 1.149,00
56	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	240418	R\$ 1,56	R\$ 78,00
57	1000	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	258342	R\$ 2,66	R\$ 2.660,00

58	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	240421	R\$ 3,95	R\$ 790,00
59	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	240426	R\$ 2,90	R\$ 290,00
60	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	240420	R\$ 4,00	R\$ 800,00
61	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	242983	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
62	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 20MM X 1/2", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	411841	R\$ 4,40	R\$ 220,00
63	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 25MM X 1/2", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	396900	R\$ 4,00	R\$ 800,00
64	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 25MM X 3/4", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	396992	R\$ 3,49	R\$ 209,40
65	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90°, SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 32MM X 1", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	240421	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
66	20	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 45° ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351450	R\$ 32,15	R\$ 643,00
67	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 45° ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351455	R\$ 5,30	R\$ 530,00
			CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE			

68	200	UNIDADE	NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351460	R\$ 3,00	R\$ 600,00
69	20	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	251461	R\$ 43,95	R\$ 879,00
70	70	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 75MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351462	R\$ 7,00	R\$ 490,00
71	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA DE CORRER, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	389641	R\$ 11,40	R\$ 684,00
72	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA DE CORRER, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	389640	R\$ 5,08	R\$ 1.016,00
73	160	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA DE CORRER, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	389640	R\$ 8,00	R\$ 1.280,00
74	40	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA CORRER, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 75MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	389650	R\$ 12,15	R\$ 486,00
75	30	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA DE CORRER, MATERIAL PVC, BITOLA 150MM, INCLUINDO ANEL DE BORRACHA, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	390467	R\$ 35,24	R\$ 1.057,20
76	30	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA SIMPLES, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	353504	R\$ 20,80	R\$ 624,00
77	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 20MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	389648	R\$ 6,15	R\$ 307,50
78	700	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 25MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	389648	R\$ 6,16	R\$ 4.312,00
79	150	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 32MM	389648	R\$ 3,64	R\$ 546,00

			COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H			
80	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 40MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	389648	R\$ 8,75	R\$ 875,00
81	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 50MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	389648	R\$ 9,18	R\$ 918,00
82	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 60MM COR MARROM; PRESSÃO DE SE RVIÇO 10KGF /CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	389650	R\$ 9,53	R\$ 953,00
83	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, REDUÇÃO, SOLDÁVEL, PVC - 75 X 60MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	367665	R\$ 20,31	R\$ 1.015,50
84	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SIMPLES, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	353518	R\$ 1,70	R\$ 340,00
85	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SIMPLES, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	353518	R\$ 5,74	R\$ 1.148,00
86	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SIMPLES, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 75MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	353518	R\$ 7,13	R\$ 356,50
87	40	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 20MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	245133	R\$ 1,50	R\$ 60,00
88	800	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 25MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	487708	R\$ 1,75	R\$ 1.400,00
89	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 40MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	481312	R\$ 4,57	R\$ 457,00
90	150	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 50MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	462550	R\$ 13,19	R\$ 1.978,50
91	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 60MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	265032	R\$ 14,60	R\$ 1.460,00

92	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 20MM X 1/2" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) ; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	260149	R\$ 5,30	R\$ 265,00
93	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 25MM X 1/2" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	265066	R\$ 6,15	R\$ 615,00
94	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 32MM X 1" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	296253	R\$ 17,86	R\$ 1.786,00
95	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA, LATÃO - 25MM X 3/4" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	265067	R\$ 7,05	R\$ 705,00
96	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO NÍPEL, ROSCÁVEL, BITOLA 1/2", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	262457	R\$ 2,00	R\$ 200,00
97	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO NÍPEL, ROSCÁVEL, BITOLA 3/4", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	240463	R\$ 3,50	R\$ 350,00
98	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO PLUG, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	265166	R\$ 1,60	R\$ 320,00
99	200	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO PLUG, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 3/4", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	239036	R\$ 2,64	R\$ 528,00
100	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, BOLSA CENTRAL, 20MM X 1/2", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	266141	R\$ 9,42	R\$ 471,00
101	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, BOLSA CENTRAL, 25MM X 1/2", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351414	R\$ 10,29	R\$ 514,50
102	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, NA BOLSA CENTRAL, 25MM X 3/4", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351415	R\$ 12,00	R\$ 600,00
			CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL BUCHA, LATÃO,			

103	50	UNIDADE	BOLSA CENTRAL, 32MM X 3/4", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	369392	R\$ 13,76	R\$ 688,00
104	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM² FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	625287	R\$ 2,25	R\$ 112,50
105	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	264979	R\$ 2,93	R\$ 293,00
106	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	264977	R\$ 5,27	R\$ 263,50
107	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351410	R\$ 7,00	R\$ 350,00
108	30	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	351411	R\$ 7,50	R\$ 225,00
109	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	390469	R\$ 33,24	R\$ 1.662,00
110	30	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 100MM, SOLDÁVEL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	441805	R\$ 11,75	R\$ 352,50
111	50	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 40 X 40MM, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	253289	R\$ 3,42	R\$ 171,00
112	40	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 75MM, SOLDÁVEL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	263722	R\$ 61,67	R\$ 2.466,80
113	300	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 32MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	441809	R\$ 2,18	R\$ 654,00
114	100	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICO, TIPO JOELHO 45°, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM; PRESSÃO DE	236705	R\$ 3,14	R\$ 314,00

			SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H			
115	150	UNIDADE	CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO CAP, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	483193	R\$ 3,89	R\$ 583,50
116	80	UNIDADE	CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO CAP, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ESGOTO, DN 75MM, SN, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	389645	R\$ 8,48	R\$ 678,40
117	60	UNIDADE	CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45° ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 75MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351456	R\$ 6,50	R\$ 390,00
118	150	UNIDADE	CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45°, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	351454	R\$ 3,00	R\$ 450,00
119	60	UNIDADE	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA SIMPLES, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	353504	R\$ 6,91	R\$ 414,60
120	60	UNIDADE	CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	613556	R\$ 8,80	R\$ 528,00
121	10	UNIDADE	CUBA, TIPO EMBUTIR, FORMATO RETANGULAR, LINHA L, DECA, CÓDIGO L. 375.17 (REPOSIÇÃO) MATERIAL: FABRICADA EM LOUÇA CERÂMICA ACABAMENTO ESMALTADO, ATENDER A NORMA NBR-16728, E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT	360100	R\$ 1.449,90	R\$ 14.499,00
122	30	UNIDADE	CUBA, UNIVERSAL, EMBUTIR, OVAL, DECA, CÓDIGO L37.17, COR BRANCO, 485 X 375 X 16MM, MATERIAL FABRICADA EM LOUÇA CERÂMICA ACABAMENTO ESMALTADO, ATENDER A NORMA NBR-16728, E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT, REPOSIÇÃO	328439	R\$ 545,99	R\$ 16.379,70
123	20	UNIDADE	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, CABO MADEIRA 60CM	613248	R\$ 19,99	R\$ 399,80
124	4	UNIDADE	DESENTUPIDOR, MANUAL, TUFÃO, 5 METROS EM AÇO, TUBULAÇÕES, APLICAÇÃO ESGOTO, 3" A 4".	392035	R\$ 46,23	R\$ 184,92
125	800	UNIDADE	DISPENSADOR, PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO, SOBRETAMPA TRANSPARENTE, TAMPA POLIPROPILENO, BASE POLIESTIRENO, ROLÃO 300M E 600M	600953	R\$ 41,90	R\$ 33.520,00
			DISPENSER, HIGIENIZADOR, SABONETEIRA, COM RESERVATÓRIO 800ML, COR BRANCO,			

126	200	UNIDADE	SABONETE LIQUIDO, DIMENSOES: ALTURA 257MM, LARGURA 112MM, COMPRIMENTO 112MM, APRESENTAM FORMAS ARREDONDAS FABRICADO EM ABS	404651	R\$ 24,00	R\$ 4.800,00
127	200	UNIDADE	DISPENSER, PAPEL TOALHA, FABRICADO EM ABS, SOBRETAMPA TRANSPARENTE, LATERAIS BRANCO, DIMENSÕES LARGURA 25 X ALTURA 30 X PROFUNDIDADE 12,5 CM	630614	R\$ 48,74	R\$ 9.748,00
128	400	UNIDADE	ENGATE, FLEXÍVEL, BANHEIRO, MATERIAL PVC, COR BRANCO, COMPRIMENTO 60CM, COM NIPLE DE 1/2, PRESSÃO NOMINAL 4KGF /CM², RESISTENTE À OXIDAÇÃO, TEMPERATURA DE TRABALHO 20°C COM PICOS DE MÁX 30°C, PADRÃO DE QUALIDADE CONFORME NBR 14878	247042	R\$ 9,50	R\$ 3.800,00
129	200	UNIDADE	ESPUDE, VASO SANITÁRIO, COR BRANCA, MATERIAL BORRACHA, 38MM, PARA LIGAÇÃO E VEDAÇÃO DO TUBO DE ENTRADA DA ÁGUA NO VASO SANITÁRIO EVITANDO VAZAMENTO DIAMETRO EXTERNO 60MM, ALTURA 25MM, DIAMETRO INTERNO 37,2MM	395408	R\$ 6,50	R\$ 1.300,00
130	700	UNIDADE	FITA, VEDA, ROSCA, 100% A BASE DE RESINA PTFE, COR BRANCA, LARGURA 18MM, INODORO, ESPESSURA DE 0,07MM E DENSIDADE 0,30G/CM³, TUBETE EM POLIESTIRENO. ATENDER NBR 13124 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H - EMBALAGEM 18MM X 50M	615103	R\$ 12,00	R\$ 8.400,00
131	50	UNIDADE	GRELHA, INOX, AÇO 304, 100MM, CAIXILIO, FECHO, ARTICULADA (ABRE E FECHA), ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES QUADRADA, RESISTÊNCIA A 110KG, PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS	335075	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
132	200	UNIDADE	GRELHA, INOX, AÇO 304, QUADRADA, 150MM, CAIXILIO, FECHO ARTICULADA (ABRE E FECHA), ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES QUADRADA, RESISTÊNCIA A 110KG, PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS	399027	R\$ 36,45	R\$ 7.290,00
133	20	UNIDADE	GRELHA, INOX, AÇO 304, REDONDA, 100MM, CAIXILIO, FECHO ARTICULADA (ABRE E FECHA), ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, RESISTÊNCIA A 110KG, PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS	350604	R\$ 9,98	R\$ 199,60
134	70	UNIDADE	GRELHA, INOX, AÇO 304, REDONDA, 150MM, CAIXILIO, FECHO ARTICULADA (ABRE E FECHA), ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, RESISTÊNCIA A 110KG, PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS	350605	R\$ 15,90	R\$ 1.113,00
135	70	UNIDADE	HASTE/BRAÇO, CHUVEIRO ELÉTRICO, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2, COMPRIMENTO 30 A 40 CM, COR BRANCO, COM ACABAMENTO, ÁREA COM SULCORESERVADA PARA A ACOMODAÇÃO DO CABO FLEXÍVEL FABRICADO EM POLIPROPILENO ALTA DENSIDADE	353339	R\$ 5,80	R\$ 406,00
136	300	UNIDADE	PARAFUSO, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, KIT FIXAÇÃO COMPOSTO POR: HASTE ENTRE 75 A 90 MM, PORCA CALOTA, FABRICADO EM LATÃO, RESISTÊNCIA CONTRA OXIDAÇÃO CORROSÃO, ANILHA E BUCHA S 10, COM ANEL	238192	R\$ 7,98	R\$ 2.394,00
			PARAFUSO APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO,			

137	300	UNIDADE	KIT FIXAÇÃO COMPOSTO POR: HASTE 100 MM, PORCA CALOTA, ANILHA E BUCHA S 12, COM ANEL, FABRICADO EM LATÃO, RESISTÊNCIA CONTRA OXIDAÇÃO CORROSÃO	238192	R\$ 11,99	R\$ 3.597,00
138	10	UNIDADE	REGISTRO PRESSÃO, BASE, 1/2", DN15, DECA, CÓDIGO 4416.102, COM GABARITO DE INSTALAÇÃO PARA RANGE DE EMBUTIMENTO (MÍNIMO E MÁXIMO) ALTURA 112MM, COMPRIMENTO 44MM, LARGURA 60MM, E PROTEÇÃO, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO, SETA COM SENTIDO DE PASSAGEM DA AGUA, COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, GARANTIA 10 ANOS, ATENDER O REQUISITOS DA NORMA DE REGISTRO DE PRESSÃO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS – ABNT NBR 15704 E SERQUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS, PEÇA PARA REPOSIÇÃO	441522	R\$ 65,00	R\$ 650,00
139	100	UNIDADE	REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 20MM MATERIAL PVC COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10 KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	298069	R\$ 10,09	R\$ 1.009,00
140	700	UNIDADE	REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 25MM MATERIAL PVC, COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10 KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	605605	R\$ 14,48	R\$ 10.136,00
141	300	UNIDADE	REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 32MM MATERIAL PVC COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10 KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	298227	R\$ 20,30	R\$ 6.090,00
142	300	UNIDADE	REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, MATERIAL PVC, COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10 KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	257680	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
			REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, MATERIAL PVC, COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10			

143	300	UNIDADE	KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	257681	R\$ 54,86	R\$ 16.458,00
144	100	UNIDADE	REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, DIÂMETRO NOMINAL 60MM, MATERIAL PVC, COR MARROM, DIMENSIONADO PARA PRESSÃO DE ATÉ 10 KGF/CM²; 1/4 DE VOLTA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5626 E 5648, CERTIFICADO PELO INMETRO E PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE DOS TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS PREDIAIS	257683	R\$ 59,98	R\$ 5.998,00
145	400	UNIDADE	REPARO, VÁLVULA, DESCARGA, DOCOL, 1 1/2", KIT COMPLETO, COD.116300, POSSUI ALTA DURABILIDADE COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICOENGENHARIA, ZAMAC, ATENDER REQUISITOS DA NBR 15857,5626,5648 E INMETRO, REPOSIÇÃO	328633	R\$ 84,00	R\$ 33.600,00
146	400	KIT	REPARO, VÁLVULA, DESCARGA, HYDRA MAX, 2550 1 1/4" / 1 1/2", ACABAMENTOS CLEAN, MAX E PRO, CÓD. 4686.325, COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, ZAMAC, ATENDER REQUISITOS DA NBR 15857,5626,5648 E INMETRO PEÇA ORIGINAL PARA, REPOSIÇÃO	247710	R\$ 67,00	R\$ 26.800,00
147	500	UNIDADE	SIFÃO, CONEXÃO HIDRÁULICA, UNIVERSAL, MATERIAL PVC, COMPRIMENTO 40 CM X 3/4" , CONFORME NBR 5648 E INMETRO .	301737	R\$ 8,89	R\$ 4.445,00
148	60	FRASCO	SOLUÇÃO, PREPARADORA, FLUÍDO A BASE DE MISTURA DE SOLVENTES CETONAS, TEOR DE VOLÁTEIS 100% - FRASCO 1 LITRO E PBPQ-H	291914	R\$ 69,74	R\$ 4.184,40
149	400	UNIDADE	TORNEIRA, FECHAMENTO AUTOMÁTICO, APLICAÇÃO LAVATÓRIO, MESA, DIÂMETRO 1 1/2", ALTURA 75MM, LARGURA 38 MM, PROFUNDIDADE 114,3 MM, ALTURA DA SAÍDA DE ÁGUA ATÉ A BASE 36,5 MM TIPO DE ACIONAMENTO HIDROMECHANICO POR LEVE PRESSÃO MANUAL, E FECHAMENTO AUTOMÁTICO COM TEMPORIZADOR, MATERIAL CORPO METAL, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, COM AREJADOR EMBUTIDO E ACOMPANHAMENTO DERESTRITOR DE VAZÃO, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM2 OU 3 A 57 PSI. ATENDER NORMA NBR 13713 ESER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS	429871	R\$ 128,97	R\$ 51.588,00
150	160	UNIDADE	TORNEIRA, JARDIM, METAL CROMADO, 1/2 COM BUCHA DE ADAPTAÇÃO PARA 3/4" COM BICO PARA MANGUEIRA, FABRICADO EM LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTÔMEROS ATENDER REQUISITOS DA NBR 10281 - TORNEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO E E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT, GRUPO SETORIAL DE METAIS	443645	R\$ 54,00	R\$ 8.640,00
			TORNEIRA, MODELO JARDIM, 1/2", COM			

151	300	UNIDADE	BUCHA DE ADAPTAÇÃO PARA 3/4", COM BICO PARA MANGUEIRA, FABRICADO EM POLIPROPILENO, COR PRETO, ATENDER REQUISITOS DA NBR 10281 - TORNEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO E INMETRO	384646	R\$ 4,67	R\$ 1.401,00
152	100	UNIDADE	TORNEIRA, PAREDE, PARA COZINHA 1/2" E 3/4", BICA MÓVEL ALTA 360°, TODOS OS COMPONENTES - INCLUSIVE ACIONADOR METÁLICOS; CARTUCHO COM PASTILHA CERÂMICA COM 1/4 DE VOLTA, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI, GARANTIA MÍNIMA DE 10 ANOS	443637	R\$ 134,85	R\$ 13.485,00
153	260	UNIDADE	TORNEIRA, TIPO BANCADA, COZINHA, METAL, 1/2", BICA MÓVEL, ALTA 360°, ACABAMENTO CROMADO, COMPLEMENTO: CANOPLA, BUCHA DE ADAPTAÇÃO PARA 3/4" TODOS OS COMPONENTES - INCLUSIVE ACIONADOR METÁLICOS; CARTUCHO COM PASTILHA CERÂMICA COM 1/4 DE VOLTA, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI, FABRICADO EM LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, GARANTIA MÍNIMA DE 10 ANOS ,ATENDER REQUISITOS DA NBR 10281, TORNEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO E E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS	482763	R\$ 122,30	R\$ 31.798,00
154	180	UNIDADE	TORNEIRA, TIPO BÓIA, METÁLICA 1/2", PARA RESERVATÓRIO, CORPO REFORÇADO DE POLIPROPILENO, HASTE EM LATÃO, PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 7,5 KGF/CM²,FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	396902	R\$ 46,28	R\$ 8.330,40
155	100	UNIDADE	TORNEIRA, TIPO BÓIA, METÁLICA 1", PARA RESERVATÓRIO CORPO REFORÇADO DE POLIPROPILENO, HASTE EM LATÃO, PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 7,5 KGF/CM²,FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	261034	R\$ 65,33	R\$ 6.533,00
156	180	UNIDADE	TORNEIRA, TIPO BÓIA, RESERVATÓRIO, MATERIAL PVC , BITOLA 3/4" CONFORME NORMA NBR E INMETRO	249830	R\$ 25,00	R\$ 4.500,00
157	60	UNIDADE	TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN100MM, E=1, 8MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA(CLASSE A),SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45° C EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	627255	R\$ 96,30	R\$ 5.778,00
158	20	BARRA	TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN150MM, E=2, 5MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA(CLASSE A),SÉRIE NORMAL, COM BOLSA PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45° C; EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	627257	R\$ 199,93	R\$ 3.998,60
			TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC,			

159	160	BARRA	APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN40MM, E=1, 2MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA(CLASSE A),SÉRIE NORMAL, COM BOLSA PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45° C, EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	265266	R\$ 38,30	R\$ 6.128,00
160	60	BARRA	TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN50MM, E=1, 6MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA (CLASSE A),SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45° C EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	627257	R\$ 56,00	R\$ 3.360,00
161	50	BARRA	TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN75MM, E=1, 7MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA (CLASSE A),SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45° C EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	627256	R\$ 122,99	R\$ 6.149,50
162	30	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 20MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	214730	R\$ 17,14	R\$ 514,20
163	600	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 25MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	249991	R\$ 25,57	R\$ 15.342,00
164	300	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 32MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	214731	R\$ 46,00	R\$ 13.800,00
165	150	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 40MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	249991	R\$ 68,92	R\$ 10.338,00
166	300	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 50MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	214734	R\$ 137,89	R\$ 41.367,00
167	60	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 60MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	214735	R\$ 171,60	R\$ 10.296,00
168	30	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 75MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M	214736	R\$ 166,27	R\$ 4.988,10
169	20	BARRA	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, 85MM, PONTA-BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR	214737	R\$ 229,80	R\$ 4.596,00

			5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6M			
170	400	UNIDADE	VÁLVULA ESCOAMENTO, APLICAÇÃO LAVATÓRIO, BANHEIRO, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 1" X 3" FLANGE PORCA DE ENTRADA E ACOPLAMENTO JUNTA PVC, DEVERA ATENDER A NORMA ABNT NBR 15423	319963	R\$ 13,43	R\$ 5.372,00
171	600	UNIDADE	VÁLVULA ESCOAMENTO, TIPO PIA AMERICANA, DIÂMETRO 3 1/2 X 1 1/2 POL, SEM LADRÃO, COM CESTA , COR CROMADO, FLANGE PORCA DE ENTRADA E ACOPLAMENTO JUNTA PVC, DEVERA ATENDER A NORMA ABNT NBR 15423	395444	R\$ 58,00	R\$ 34.800,00
172	450	UNIDADE	VÁLVULA, DESCARGA, APLICAÇÃO MICTÓRIO, ACIONAMENTO HIDROMECAÂNICO COM LEVE PRESSÃO MANUAL E FECHAMENTO AUTOMÁTICO DIÂMETRO 1/2 COM ENTRADA HORIZONTAL PARA INSTALAÇÃO EM PAREDE, ALTURA 225 MM, LARGURA 50 MM, PROFUNDIDADE 92 MM, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM2 OU 3 A 57 PSI. ATENDER NORMA NBR 13713 E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS	395304	R\$ 295,00	R\$ 132.750,00
173	40	UNIDADE	VASO SANITÁRIO, MONTE CARLO, DECA P8, COR BRANCA, REPOSIÇÃO	264236	R\$ 399,40	R\$ 15.976,00
174	400	UNIDADE	VEDANTE, TORNEIRA, BITOLA 1/2", PLÁSTICO, PARA TORNEIRAS EM GERAL	304551	R\$ 2,50	R\$ 1.000,00
175	400	UNIDADE	VEDANTE, TORNEIRA, BITOLA 3/4", PLÁSTICO, PARA TORNEIRAS EM GERAL	242664	R\$ 2,83	R\$ 1.132,00
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 1.005.386,77

OBSERVAÇÕES:

- Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem aquisição habitual /rotineira da Administração Pública; apresentação características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2023/2027.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Apresentar juntamente com a proposta de preços a Certificação de Sustentabilidade Ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira (Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG N. 01/2010), podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental constante do modelo de proposta de preços que constar do edital de licitação;

4.1.2. Os itens devem atender, preferencialmente, a critérios ambientais, priorizando materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, redução de resíduos, embalagens sustentáveis, durabilidade.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens materiais via Registro de Preços, conforme razões justificadas:

- não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

Margem de Preferência:

4.4. O item 35, objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal, prevista no Decreto n.º 11.890, conforme disposto na Resolução n.º 4 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

4.5. Para atendimento da comprovação de que trata o subitem anterior o licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, um dos seguintes documentos, conforme o caso (Art. 7º da Resolução SEGES-CICS /MGI Nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS):

- I - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, bem como o código CFI do produto;

II - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A", bem como o código CFI do produto;

III - impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

IV - impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasProdutosModelosTecnac>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

V - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração de Medicamento Nacional, constante do Anexo II.a desta Resolução; e VI - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração do Insumo Farmacêutico Ativo Nacional, constante do Anexo II.b da Resolução.

Apresentação de Catálogo Técnico

4.6. A licitante deverá apresentar catálogo técnico completo, em formato PDF, contendo as características técnicas detalhadas de todos os produtos ofertados, indicando obrigatoriamente a marca e o modelo de cada item.

4.6.1. Não serão aceitos:

I) Textos genéricos que não descrevam especificações técnicas;

II) Fotografias isoladas sem descrição técnica;

Catálogos incompletos ou em formatos diversos do PDF.

III) O catálogo deverá ser suficiente para permitir a conferência da conformidade técnica dos itens com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6.2 Os produtos propostos no catálogo deverão informar as certificações da ABNT, INMETRO e PBPQ-H conforme especificações dos itens apresentado em 1.1.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) envio da nota de empenho via e-mail, em remessa única.

5.2. As solicitações/entregas dos materiais serão realizadas, durante todo o período de vigência da Ata, ou seja, 12 (doze) meses, e de acordo com a demanda/solicitações feitas pela área requisitante. Caso seja necessário, e em caráter de urgência, poderá ser solicitado a entrega dos materiais em única remessa

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da SEINFRA/UFG predial, localizado na Rua R-2 com Alameda Flamboyant, 943, Campus Samambaia, 74.045-155, Goiânia/GO.

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à fração relativa de 3/4 (três quartos) do prazo total recomendado pelo fabricante. Exemplo: se a garantia for de um ano o prazo de validade não poderá ser inferior a nove meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.17. Itens com garantia adicional além da garantia legal: - 10 anos: itens 9, 138, 149, 150, 152, 153 e 172.

5.17.1. Garantia "vitalícia" ou "vida toda" será suficiente para atender à garantia exigida de dez anos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; .

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de quitação da Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), sempre que aplicável, considerando que a Universidade Federal de Goiás é consumidora final – não contribuinte do ICMS.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/11/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.005.386,77 (um milhão. cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura digital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e In

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II)

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A4]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,(*identificar o Contratado*)declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS

DIRETOR



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 12:03:59.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Estudo Técnico Preliminar 257/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23070.041427/2025-04

2. Descrição da necessidade

Para assegurar a continuidade das atividades institucionais e preservar o interesse público, a Universidade Federal de Goiás necessita manter seu patrimônio predial em plenas condições de uso.

O presente ETP tem por objetivo subsidiar a contratação, via Registro de Preços, para aquisição de materiais e ferramentas hidráulicas destinados à manutenção predial e de redes hidráulicas. Incluem-se conexões, válvulas, tubos, registros e demais insumos necessários.

Trata-se de bens classificados como comuns, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024 /2019.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEINFRA/UFG - DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E OBRAS CIVIS	CECÍLIO ROCHA FERREIRA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Materiais novos e originais de fábrica;
- Entrega em embalagens originais, lacradas e devidamente identificadas;
- Compatibilidade com as especificações, códigos e referências constantes do edital;
- Garantia de procedência e qualidade.
- A ausência desses insumos comprometeria o funcionamento adequado de diversos ambientes universitários, gerando prejuízos à comunidade acadêmica.

5. Levantamento de Mercado

Considerando o valor estimado e a natureza de bens comuns, a alternativa mais vantajosa é a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, registro de preços, garantindo isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição dos materiais hidráulicos por meio de Pregão Eletrônico – Registro de Preços, atendendo às demandas contínuas de manutenção da instituição. Esta contratação trata-se de aquisição de bens comuns, o que justifica a realização do pregão enquanto modalidade licitatória.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram definidas com base nas requisições registradas no sistema SIPAC no exercício anterior. Para 2024 foram identificadas cerca de 6.450 requisições de atendimento. Para 2025, projeta-se quantitativo equivalente ou superior, considerando o histórico de consumo e a manutenção preventiva e corretiva necessária.

Figura 1: print screen da tela do módulo Infraestrutura do SIPAC em 29/08/2025



DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CÓDIGO CATMAT	CÓDIGO SIPAC
ACABAMENTO, VÁLVULA, DESCARGA, COM ALAVANCA, COR CROMADO, ATENDE NORMA NBR 9050, ACIONAMENTO: ALAVANCA, IDEAL PARA PORTADORES DE DIFICULDADE MOTORA, IDOSOS E CRIANÇAS, (REF.: LINHA PRESMA TIC BENEFIT DOCOL)	5	UNIDADE	601184	3024000002800
ACABAMENTO, HIDRÁULICO, VÁLVULA, DESCARGA 1.1/2 DN40 HYDRA MAX-CROMADO 2550.C.112 (*REPOSIÇÃO*), DIMENSÕES: ALTURA: 96MM, COMPRIMENTO: 48MM, LARGURA: 107MM, CLASSE DE PRESSÃO: 2 A 40 MCA, MATERIAL DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTOMEROS. PADRÃO NBR15857, REPOSIÇÃO	300	UNIDADE	406263	3024000002186
ACABAMENTO, VÁLVULA DESCARGA, METAL DOCOL CLASSICA CHROME, METAL CROMADO, COD 01500006 REPOSIÇÃO DIMENSÕES: ALTURA: 120MM, COMPRIMENTO: 51MM, LARGURA: 150MM, CLASSE DE PRESSÃO: 2 A 40 MCA, MATERIAL DE LIGA DE COBRE E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTOMEROS, ACOMPANHA 2 NIPLES, 2 PARAFUSOS, 1 ACABAMENTO E 1 MANUAL DE INSTALAÇÃO PADRÃO NBR15857	300	UNIDADE	358136	3024000002278
ADAPTADOR, PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO - 20MM X 1/2", COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	380961	3024000000425
ADAPTADOR, PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO - 25MM X 3/4", COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	380962	3024000000426
ADAPTADOR, PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO - 50MM X 1.1/2", COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	380962	3024000000431
ADESIVO, PLÁSTICO, PVC, FLUÍDO LIQUIDO, A BASE DE SOLVENTES FORMALDEÍDOS, CETONAS E RESINAS DE PVC, TEOR VOLÁTIL 86% - FRASCO 850G FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	FRASCO	380461	3024000000447
ALICATE, BOMBA D'ÁGUA 9, 1/2", COM REGULAGEM POR RANHURAS E SISTEMA DE TRAVA	16	UNIDADE	616094	3042000000283
ANEL, VEDAÇÃO, VASO SANITÁRIO, COR AZUL, COM GUIA COMPOSIÇÃO: BORRACHA BUTÍLICA, RESINA SINTÉTICA, CARGA INORGÂNICA, PIGMENTO INORGÂNICO, ÓLEO MINERAL, ANTIOXIDANTE E PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, PARA BACIAS SANITÁRIAS DE ACORDO COM A NORMA NBR 15097 COM VALIDADE DE 2 ANOS À PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO REGISTRADA NA EMBALAGEM	60	UNIDADE	367406	3024000002028
ASSENTO, VASO SANITÁRIO, INFANTIL, DIMENSÕES: 39,0 X 30,5 X 4,0 CM. SOPRADO (COMUM). COMPATIBILIDADE: LOUÇAS	50	UNIDADE	463371	3024000002670

INFANTIS DECA, CELITE, INCEPA E ICASA. COR: BRANCA.				
ASSENTO, VASO SANITÁRIO, CONVENCIONAL, UNIVERSAL, COR BRANCA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, MODELO OVAL, ANTI DESLIZANTE, DIMENSÕES: DISTÂNCIA DOS FUROS DO ASSENTO SANITÁRIO 15CM X DIMENSÃO ASSENTO SANITÁRIO 42CM X 37CM FECHAMENTO COMUM, TIPO DE FIXAÇÃO PARAFUSO PLÁSTICO, SUPORTA 150KG GARANTIA 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, DEVE-SE SEGUIR A NORMA ABNT NBR 9050:2015	800	UNIDADE	382123	3024000002060
BACIA, SANITÁRIA MONTE CARLO DECA P8 COR BRANCA REPOSIÇÃO	40	UNIDADE	264236	3024000000960
BASE, REGISTRO PRESSÃO, 1/2", DN15, DECA, CÓDIGO 4416.102, COM GABARITO DE INSTALAÇÃO PARA RANGE DE EMBUTIMENTO (MÍNIMO E MÁXIMO) ALTURA 112MM, COMPRIMENTO 44MM, LARGURA 60MM, E PROTEÇÃO, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO, SETA COM SENTIDO DE PASSAGEM DA AGUA, COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, GARANTIA 10 ANOS, ATENDER O REQUISITOS DA NORMA DE REGISTRO DE PRESSÃO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS – ABNT NBR 15704 E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS, REPOSIÇÃO	10	UNIDADE	441522	3024000002277
BASE, REGISTRO PRESSÃO, 3/4", DN20 CÓDIGO 4416.202, GABARITO DE INSTALAÇÃO PARA RANGE DE EMBUTIMENTO (MÍNIMO E MÁXIMO) ALTURA 112MM, COMPRIMENTO 44MM, LARGURA 56MM, E PROTEÇÃO, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO 2 A 40 M.C.A, SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO, SETA COM SENTIDO DE PASSAGEM DA AGUA, COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, GARANTIA 10 ANOS, ATENDER O REQUISITOS DA NORMA DE REGISTRO DE PRESSÃO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS – ABNT NBR 15704 E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS, REPOSIÇÃO, DECA	20	UNIDADE	299632	3024000002276
BASE, VÁLVULA, DESCARGA, DOCOL 1 1/2" DN40, CÓD 01021500, DIMENSOES: ALTURA: 95MM, COMPRIMENTO: 120MM, LARGURA: 85MM, COMPLEMENTOS GABARITO DE INSTALAÇÃO SISTEMA AUTO LIMPANTE, CARTUCHO UNICO DE REPARO, REGISTRO INTEGRADO PARA REGULAGEM DE VAZÃO E MANUTENÇÃO, FUNCIONA EM ALTA E BAIXA PRESSÃO E POSSUI ALTA DURABILIDADE COMPOSIÇÃO LIGA DE COBRE, PLÁSTICO ENGENHARIA, ZAMAC, ATENDER O REQUISITOS CONFORME PADRÃO NBR15857 REPOSIÇÃO	100	UNIDADE	256279	3024000002272
BASE, VÁLVULA, DESCARGA, HYDRA MAX,				

CLEAN E PRO - HYDRA BASE 1 1/2" DN40 CÓD 4550.504, DIMENSOES: ALTURA: 91MM, COMPRIMENTO: 132MM, LARGURA: 85MM, SISTEMA AUTO LIMPANTE, CARTUCHO UNICO DE REPARO, REGISTRO INTEGRADO PARA REGULAGEM DE VAZÃO E MANUTENÇÃO, FUNCIONA EM ALTA E BAIXA PRESSÃO E POSSUI ALTA DURABILIDADE NORMA NBR15857 (REPOSIÇÃO)	100	UNIDADE	356591	3024000002021
BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 10MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	35	UNIDADE	313112	3042000000708
BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 12MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	35	UNIDADE	274224	3042000000709
BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 6MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	35	UNIDADE	345433	3042000000706
BROCA, DIAMANTADA, PONTA TIPO SERRA COPO, DIÂMETRO 8MM, MATERIAL PÓ DIAMANTE, LIGA AÇO, APLICAÇÃO CERÂMICA E PORCELANATO	35	UNIDADE	345434	3042000000707
BUCHA, REDUÇÃO LONGA SOLDÁVEL PVC - 40 X 25 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	622112	3024000000458
BUCHA, REDUÇÃO, CURTA SOLDÁVEL PVC - 25 X 20 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	40	UNIDADE	318495	3024000000448
BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL PVC - 32 X 25 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	300	UNIDADE	622103	3024000000449
BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL PVC - 40 X 32 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	622113	3024000000450
BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL PVC - 50 X 40 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	358369	3024000000451
BUCHA, REDUÇÃO, CURTA, SOLDÁVEL PVC - 60 X 50 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	319679	3024000000452
BUCHA, REDUÇÃO, LONGA , PVC- 50 X 40MM, 1ª LINHA, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	358369	3024000000617
BUCHA, REDUÇÃO, LONGA, SOLDÁVEL, PVC - 75 X 50 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	350893	3024000000467
BUCHA, REDUÇÃO, LONGA, SOLDÁVEL, PVC -				

50 X 32 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	357165	3024000000461
BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 1" X 1/2" FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	40	UNIDADE	295727	3024000001000
BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 2" X 1" FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	30	UNIDADE	610658	3024000001007
BUCHA, REDUÇÃO, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 3/4" X 1/2", FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	359398	3024000000999
Bucha, Vedante para torneiras em geral 1/2 ", plástico	400	UNIDADE	304551	3024000001529
CAIXA, SIFONADA PARA ESGOTO, MATERIAL PVC, METRAGEM 185X150X75MM COM GRELHA ABRE E FECHA E PORTA GRELHA QUADRADA CROMADA COM 5 ENTRADAS	20	UNIDADE	480702	3024000002302
CAIXILHO, GRELHA ARTICULADA (ABRE E FECHA) EM INOX AÇO 304, ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES QUADRADA, 10 X 10 CM, COM SUPORTE. PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS.	50	UNIDADE	335075	3024000002250
CAIXILHO, GRELHA ARTICULADA (ABRE E FECHA) EM INOX AÇO 304, ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES QUADRADA, 15 X 15 CM, COM SUPORTE. PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS.	200	UNIDADE	399027	3024000002253
CAIXILHO, GRELHA ARTICULADA (ABRE E FECHA) EM INOX AÇO 304, ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES REDONDA, 10 CM, COM SUPORTE. PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS.	20	UNIDADE	350604	3024000002251
CAIXILHO, GRELHA ARTICULADA (ABRE E FECHA) EM INOX AÇO 304, ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO CHAPA 1,2MM, DIMENSÕES REDONDA, 15 CM, COM SUPORTE. PEÇA INTEIRA SEM PARAFUSOS.	70	UNIDADE	350605	3024000002252
CAP, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 100MM, DIÂMETRO INTERNO 101,6 MM, NA COR BRANCA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	380960	3024000001888
CAP, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 75,DIÂMETRO INTERNO 75,5MM, NA COR BRANCA, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	80	UNIDADE	389645	3024000001889
CAP, SOLDÁVEL, PVC, 25MM COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	351445	3024000000472
CAP, SOLDÁVEL, PVC, 32MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²;				

FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	248773	3024000000473
CAP, SOLDÁVEL, PVC, 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	351448	3024000000475
CAP, SOLDÁVEL, PVC, 75MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	30	UNIDADE	380966	3024000000477
CAP, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 50 MM / DIÂMETRO INTERNO 50,7MM, NA COR BRANCA, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	150	UNIDADE	483193	3024000001891
CHAVE, FENDA E PHILLIPS, JOGO COM 6 PEÇAS, FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, CABO PLÁSTICO, 4 FENDA: 1/8X3.1/8" - 1/4X4" - 1/4X6" - 3/16X4", 2 PHILIPS: 3/16X3.1/8" - 1/4X5"	20	jogo	602695	3042000000302
CHAVE, GRIFO, 14 POLEGADAS, CORPO AÇO FORJADO, MORDENTES AÇO LIGA ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, CALDEIRARIAS, MECÂNICA INDUSTRIAL, REFRIGERAÇÃO, ENTRE OUTROS	10	UNIDADE	386810	3042000000488
CHAVE, TIPO COMBINADA BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 10MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	15	unidade	342876	3025000000128
CHAVE, TIPO COMBINADA BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 11MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	15	unidade	342876	3025000000129
CHAVE, TIPO COMBINADA BOCA/DRIVE (MEDIDA AMBOS 13MM), AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO /CROMADO, INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15º/UNIDADE DRIVE 10º, PAREDE FINA, DIN 3113	15	unidade	601340	3025000000130
CHAVE-BÓIA, ELÉTRICA REGULADORA DE NÍVEL, 250V, 15A, 0°C À 60°C COM IPX8, CLASSE II, MICRO-DESCONEXÃO, CONTROLE POR PRINCÍPIO ELETROMECHANICO, CONTATO REVERSÍVEL, PERMITE O CONTROLE DE NÍVEL INFERIOR OU SUPERIOR.	100	UNIDADE	379011	3026000000635
CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO CAP, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	20	unidade	252545	3024000001890
CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 45º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	20	unidade	351450	3024000001896

CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 150MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	20	unidade	251461	3024000001904
CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR BRANCA, LINHA L, DECA, CÓDIGO L.375.17. MATERIAL: FABRICADA EM LOUÇA CERÂMICA ACABAMENTO ESMALTADO, ATENDER A NORMA NBR-16728, E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT, REPOSIÇÃO	10	unidade	360100	3024000002641
CUBA, UNIVERSAL, EMBUTIR, OVAL, DECA, CÓDIGO L37.17, COR BRANCO, 485 X 375 X 16MM, MATERIAL FABRICADA EM LOUÇA CERÂMICA ACABAMENTO ESMALTADO, ATENDER A NORMA NBR-16728, E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT, REPOSIÇÃO	30	unidade	328439	3024000002249
DESENTUPIDOR TUFÃO 15 METROS EM AÇO, TUBULAÇÕES, ESGOTO, 3" A 4".	4	unidade	392035	3022000000721
DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, CABO MADEIRA 60CM	20	UNIDADE	613248	3022000000142
DISPENSADOR, PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO, SOBRETAMPA TRANSPARENTE, TAMPA POLIPROPILENO, BASE POLIESTIRENO, ROLÃO 300M E 600M	800	unidade	600953	3022000000359
DISPENSER, HIGIENIZADOR, SABONETEIRA, COM RESERVATÓRIO 800ML, COR BRANCO, SABONETE LIQUIDO, DIMENSOES: ALTURA 257MM, LARGURA 112MM, COMPRIMENTO 112MM, APRESENTAM FORMAS ARREDONDAS FABRICADO EM ABS	200	UNIDADE	404651	3024000002236
DISPENSER, PAPEL TOALHA, FABRICADO EM ABS, SOBRETAMPA TRANSPARENTE, LATERAIS BRANCO, DIMENSÕES LARGURA 25 X ALTURA 30 X PROFUNDIDADE 12,5 CM	200	unidade	630614	3022000000489
ENGATE, FLEXÍVEL, BANHEIRO, MATERIAL PVC, COR BRANCO, COMPRIMENTO 60CM, COM NIPLE DE 1/2, PRESSÃO NOMINAL 4KGF /CM², RESISTENTE À OXIDAÇÃO, TEMPERATURA DE TRABALHO 20°C COM PICOS DE MÁX 30°C, PADRÃO DE QUALIDADE CONFORME NBR 14878	400	unidade	247042	3024000002116
ESPUDE, VASO SANITÁRIO, BRANCO, BORRACHA, 38MM, PARA LIGAÇÃO E VEDAÇÃO DO TUBO DE ENTRADA DA ÁGUA NO VASO SANITÁRIO EVITANDO VAZAMENTO DIÂMETRO EXTERNO 60MM, ALTURA 25MM, DIÂMETRO INTERNO 37,2MM	200	UNIDADE	395408	3024000002059
FITA, VEDA, ROSCA, 100% A BASE DE RESINA PTFE, COR BRANCA, LARGURA 18MM, INODORO, ESPESSURA DE 0,07MM E DENSIDADE 0,30G/CM³, TUBETE EM POLIESTIRENO. ATENDER NBR 13124 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H - EMBALAGEM 18MM X 50M	700	unidade	615103	3024000000501
HASTE, PVC, CHUVEIRO ELÉTRICO, 1/2 DE 30 A 40 CM, COR BRANCO COM ACABAMENTO, ÁREA COM ALOJAMENTO RESERVADO PARA A ACOMODAÇÃO DO CABO FLEXÍVEL DO	70	UNIDADE	353339	3024000002268

APARELHO COM ALIMENTAÇÃO, FABRICADO EM POLIPROPILENO ALTA DENSIDADE				
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	242793	3024000000512
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	242984	3024000000513
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	243109	3024000000514
CONEXÃO HIDRÁULICO, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	236705	3024000000515
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	236905	3024000000516
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	265055	3024000000517
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	240421	3024000000522
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	240418	3024000000520
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	1.000	UNIDADE	258342	3024000000521
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	240426	3024000000523
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA				

50MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	240420	3024000000524
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	242983	3024000000525
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 20MM X 1/2", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	411841	3024000000504
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 25MM X 1/2", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	396900	3024000000505
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 25MM X 3/4", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	396992	3024000000506
JOELHO, 90º, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO, 32MM X 1" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	240421	3024000000507
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BUCHA LATÃO, 32MM X 3/4", COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	351468	3024000002758
CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º, ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	150	UNIDADE	351454	3024000001893
CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 75MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	351456	3024000001895
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	70	UNIDADE	351457	3024000001903
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	351455	3024000001902
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 45º				

ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	351452	3024000001894
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 45º ESGOTO, DIÂMETRO NOMINAL 50MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	351455	3024000001897
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, 90º ESGOTO DIÂMETRO NOMINAL 40MM, SÉRIE NORMAL, PVC, COR BRANCA, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	351460	3024000001931
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO, MATERIAL PVC, 90º, COR BRANCA, BITOLA 75MM, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	70	UNIDADE	351462	3024000001924
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA CORRER CONEXÃO HIDRÁULICA, COM ANEL DE VEDAÇÃO MATERIAL PVC, DN 150, APLICAÇÃO ESGOTO COR BRANCA(CLASSE A), SÉRIE NORMAL, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	30	UNIDADE	390467	3024000000686
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, DE CORRER, MATERIAL PVC, BITOLA 100MM, INCLUINDO ANEL DE BORRACHA, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	389641	3024000001908
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, DE CORRER, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, APLICAÇÃO ESGOTO, INCLUINDO ANEL DE BORRACHA, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	389640	3024000001910
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, DE CORRER, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, INCLUINDO ANEL DE BORRACHA, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	160	UNIDADE	389640	3024000001909
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, DE CORRER, MATERIAL PVC, BITOLA 75MM, INCLUINDO ANEL DE BORRACHA, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	40	UNIDADE	389650	3024000001915
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, DN 150, APLICAÇÃO ESGOTO COR BRANCA(CLASSE A), SÉRIE NORMAL, FABRICADAS DE ACORDO COM ABNT NBR 5688, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E PBPQ-H	30	UNIDADE	353504	3024000001925
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO				

HIDRÁULICA, SIMPLES, BITOLA 40MM, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	353518	3024000001905
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, SIMPLES, MATERIAL PVC, BITOLA 100MM, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	353504	3024000001916
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, SIMPLES, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	353518	3024000001906
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CONEXÃO HIDRÁULICA, SIMPLES, MATERIAL PVC, BITOLA 75MM, COR BRANCA, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	353518	3024000001907
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 20MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	389648	3024000000528
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 25MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	700	UNIDADE	389648	3024000000529
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 32MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	150	UNIDADE	389648	3024000000530
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 40MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	389648	3024000000531
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 50MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	389648	3024000000532
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, CORRER, PVC, ANÉIS DE BORRACHA - 60MM COR MARROM; PRESSÃO DE SE RVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ H	100	UNIDADE	389650	3024000000533
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, REDUÇÃO, SOLDÁVEL, PVC - 75 X 60 MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²;				

FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	367665	3024000000541
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 20MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	40	UNIDADE	245133	3024000000553
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 25MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	800	UNIDADE	487708	3024000000554
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 32MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	300	UNIDADE	441809	3024000000555
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 40MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	481312	3024000000556
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 50MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	150	UNIDADE	462550	3024000000557
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC - 60MM COR MARROM; PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF/CM²; FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	265032	3024000000558
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 20MM X 1/2" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) ; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	260149	3024000000543
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 25MM X 1/2" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	265066	3024000000544
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA LATÃO - 32MM X 1" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	296253	3024000000546
LUVA, SOLDÁVEL, PVC, BUCHA, LATÃO - 25MM X 3/4" COR AZUL; ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1); PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM²; FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	265067	3024000000545
BOLSA, FERRAMENTA, MATERIAL NYLON DUPLO REFORÇADO COM TRAMA DE 1000 FIOS, ESTRUTURA INTERNA EM AÇO, 37 COMPARTIMENTOS INTERNOS, ALÇA REMOVÍVEL COM PROTEÇÃO PARA OMBROS, PARTE INFERIOR/ EXTERNA EMBORRACHADA	20	UNIDADE	389082	3019000000068

RESISTENTE À ÁGUA, BARRA PRINCIPAL EMBORRACHADA, COMPRIMENTO 470 X LARGURA 210 X ALTURA 350 MM, PESO 2,8KG				
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO NÍPEL, ROSCÁVEL, BITOLA 1/2", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	262457	3024000001076
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO NÍPEL, ROSCÁVEL, BITOLA 3/4", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	240463	3024000001077
PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO, COM BUCHA S-10	300	UNIDADE	238192	3024000002265
PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO, COM BUCHA S-12	300	UNIDADE	238192	3024000002239
PLUG, CONEXÃO HIDRÁULICA, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	265168	3024000001084
PLUG, CONEXÃO HIDRÁULICA, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	265166	3024000001082
PLUG, CONEXÃO HIDRÁULICA, ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 3/4", COR BRANCA, FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E ISO 7/1, CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H	200	UNIDADE	239036	3024000001083
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, BITOLA 25MM, MATERIAL PVC, CONFORME NBR 5648 E INMETRO	700	UNIDADE	605605	3024000000750
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, BITOLA 32MM, MATERIAL PVC, CONFORME NBR 5648 E INMETRO	300	UNIDADE	298227	3024000000751
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, BITOLA 40MM, MATERIAL PVC, CONFORME NBR 5648 E INMETRO	300	UNIDADE	257680	3024000000752
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, BITOLA 50MM, MATERIAL PVC, CONFORME NBR 5648 E INMETRO	300	UNIDADE	257681	3024000000753
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, BITOLA 60MM, MATERIAL PVC, CONFORME NBR 5648 E INMETRO	100	UNIDADE	257683	3024000000754
REGISTRO, HIDRÁULICO, TIPO ESFERA, SOLDÁVEL, BITOLA 20MM	100	UNIDADE	298069	3024000001288
REPARO, VÁLVULA DOCOL DE 1 1/2" , COMPLETA, CONFORME NBR 5648 E INMETRO. PARA REPOSIÇÃO, OBRIGATORIO SER ORIGINAL.	400	UNIDADE	328633	3024000000758
REPARO, VÁLVULA HYDRA 2550 1 1/4" / 1 1/2" PARA ACABAMENTOS CLEAN, MAX E PRO. CÓD. 4686.325 - PEÇA ORIGINAL PARA REPOSIÇÃO	400	UNIDADE	247710	3024000000404
SIFÃO, CONEXÃO HIDRÁULICA, UNIVERSAL, MATERIAL PVC, COMPRIMENTO 40 CM, CONFORME NBR 5648 E INMETRO .	500	UNIDADE	301737	3024000000763
SOLUÇÃO, PREPARADORA, FLUÍDO A BASE				

DE MISTURA DE SOLVENTES CETONAS, TEOR DE VOLÁTEIS 100% - FRASCO 1 LITRO E PBPQ-H	60	UNIDADE	291914	3024000000562
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 100MM, SOLDÁVEL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	30	UNIDADE	441805	3024000001918
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 40 X 40MM, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	50	UNIDADE	253289	3024000001921
CONEXÃO, HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, SÉRIE NORMAL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	60	UNIDADE	613556	3024000001920
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, MATERIAL PVC, BITOLA 75MM, SOLDÁVEL, 1ª LINHA, APLICAÇÃO ESGOTO, FABRICADO DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E PBPQ-H, COR BRANCA	40	UNIDADE	263722	3024000001919
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, BOLSA CENTRAL, 20MM X 1/2", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	266141	3024000000579
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, BOLSA CENTRAL, 25MM X 1/2", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	351414	3024000000581
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BUCHA LATÃO, NA BOLSA CENTRAL, 25MM X 3/4", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	351415	3024000000580
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL BUCHA, LATÃO, BOLSA CENTRAL, 32MM X 3/4", COR AZUL, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1), PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF/CM², FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	369392	3024000000582
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 20MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM² FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	625287	3024000000571
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 25MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	625287	3024000000572

CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 32MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	264977	3024000000573
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 40MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	351410	3024000000574
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 50MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	30	UNIDADE	351411	3024000000575
CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO TÊ, FIXAÇÃO SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 60MM, COR MARROM, PRESSÃO DE SERVIÇO 10KGF /CM², FABRICADAS DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	50	UNIDADE	390469	3024000000576
TORNEIRA, BANCADA, PARA COZINHA 1/2" E 3/4", BICA MÓVEL ALTA 360º, TODOS OS COMPONENTES - INCLUSIVE ACIONADOR METÁLICOS; CARTUCHO COM PASTILHA CERÂMICA COM 1/4 DE VOLTA, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI, GARANTIA MÍNIMA DE 10 ANOS	260	unidade	482763	3024000002282
TORNEIRA, BOIA, METÁLICA 1", PARA RESERVATÓRIO CORPO REFORÇADO DE POLIPROPILENO, HASTE EM LATÃO, PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 7,5 KGF/CM²,FABRICADO DE ACORDO COM NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H	100	UNIDADE	261034	3024000000589
TORNEIRA, BOIA, RESERVATÓRIO, MATERIAL PVC , BITOLA 3/4" CONFORME NORMA NBR E INMETRO	180	UNIDADE	249830	3024000000616
TORNEIRA, BOIA, RESERVATÓRIO, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2" CONFORME NORMA NBR E INMETRO	180	UNIDADE	396902	3024000000587
TORNEIRA, JARDIM, METAL, CROMADO, 1/2 COM BUCHA DE ADAPTAÇÃO PARA 3/4" COM BICO PARA MANGUEIRA, FABRICADO EM LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTÔMEROS ATENDER REQUISITOS DA NBR 10281 - TORNEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO E E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT, GRUPO SETORIAL DE METAIS	160	UNIDADE	443645	3024000002281
TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL, TIPO AUTOMÁTICA, USO PUBLICA, DIÂMETRO 1/2, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACIONAMENTO HIDROMECAÂNICO COM LEVE PRESSÃO MANUAL, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA	400	UNIDADE	384646	3024000002241
TORNEIRA, MODELO JARDIM, BICO PLÁSTICO, COR PRETO, 1/2", BUCHA ADAPTAÇÃO DE 3/4	300	UNIDADE	384646	3024000002280
TORNEIRA, PAREDE, PARA COZINHA 1/2" E 3				

1/4", BICA MÓVEL ALTA 360º, TODOS OS COMPONENTES - INCLUSIVE ACIONADOR METÁLICOS; CARTUCHO COM PASTILHA CERÂMICA COM 1/4 DE VOLTA, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI, GARANTIA MÍNIMA DE 10 ANOS	100	UNIDADE	443637	3024000000394
TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN100MM, BARRA, 6 METROS, COR BRANCA(CLASSE A), SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45º C EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H .	60	BARRA	627255	3024000000774
TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN150MM, E=2, 5MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA(CLASSE A), SÉRIE NORMAL, COM BOLSA PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45º C; EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	20	BARRA	627257	3024000000775
TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, BITOLA DN75MM, E=1, 7MM, BARRA, COMPRIMENTO 6 METROS, COR BRANCA (CLASSE A), SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMP. 45º C EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H. Barra 6m.	50	BARRA	627256	3024000000773
TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, DN 40MM, E-1, 6MM, BARRA 6M, (CLASSE A), SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMPERATURA 45ºC EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	160	BARRA	265266	3024000000771
TUBO, HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, APLICAÇÃO ESGOTO, DN 50MM, E-1, 6MM, BARRA 6M, (CLASSE A), SÉRIE NORMAL, COM BOLSA DE DUPLA ATUAÇÃO PARA JUNTA SOLDÁVEL, SUPERFÍCIE INTERNA LISA, SUPORTA TEMPERATURA 45ºC EM CONFORMIDADE COM NORMAS, INMETRO E CERTIFICAÇÃO PBPQ-H	60	barra	627257	3024000000772
TUBO, LIGAÇÃO, BACIA, COR BRANCO, 38 MM (1 1/2") , COMPRIMENTO 30CM ref. 26912601, (REPOSIÇÃO)	200	UNIDADE	468733	3024000002361
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 20MM; PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²; COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H. BARRA 6M	30	BARRA	214730	3024000000592
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 25MM; PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²; COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADA PELO INMETRO E PBPQ-H, BARRA 6 METROS	600	BARRA	249991	3024000000593
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 32MM; PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²;				

COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H. Barra 6m.	300	BARRA	214731	3024000000594
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 40MM; PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²; COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETROE PBPQ-H BARRA 6M	150	BARRA	249991	3024000000595
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 50MM; PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²; COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETROE PBPQ-H. BARRA 6M	300	BARRA	214734	3024000000596
TUBO, SOLDÁVEL, PVC - 60MM, PONTA-BOLSA; PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF/CM²; COR MARROM; FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H BARRA 6M	60	BARRA	214735	3024000000597
TUBO, SOLDÁVEL, PVC, 75MM, PONTA BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF /CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ-H BARRA 6M	30	BARRA	214736	3024000000598
TUBO, SOLDÁVEL, PVC, 85MM, PONTA BOLSA, PRESSÃO DE SERVIÇO 7,5 KGF /CM², COR MARROM, FABRICADO DE ACORDO NBR 5648 E CERTIFICADO PELO INMETRO E PBPQ- , BARRA 6M	20	BARRA	214737	3024000000599
VÁLVULA, APLICAÇÃO LAVATÓRIO, BANHEIRO, MATERIAL PVC, COR BRANCA, BITOLA 1" X 3" FLANGE PORCA DE ENTRADA E ACOPLAMENTO JUNTA PVC, DEVERA ATENDER A NORMA ABNT NBR 15423	400	UNIDADE	319963	3024000002496
VÁLVULA, DESCARGA, APLICAÇÃO MICTÓRIO, ACIONAMENTO HIDROMECÂNICO COM LEVE PRESSÃO MANUAL E FECHAMENTO AUTOMÁTICO DIÂMETRO 1/2 COM ENTRADA HORIZONTAL PARA INSTALAÇÃO EM PAREDE, ALTURA 225 MM, LARGURA 50 MM, PROFUNDIDADE 92 MM, FUNCIONAMENTO PERFEITO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM2 OU 3 A 57 PSI. ATENDER NORMA NBR 13713 E SER QUALIFICADA PBQP-PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - GRUPO SETORIAL DE METAIS SANITÁRIOS	450	UNIDADE	395304	3024000002240
VÁLVULA ESCOAMENTO, TIPO PIA AMERICANA, DIÂMETRO 3 1/2 X 1 1/2 POL, SEM LADRÃO, COM CESTA , COR CROMADO, FLANGE PORCA DE ENTRADA E ACOPLAMENTO JUNTA PVC, DEVERA ATENDER A NORMA ABNT NBR 15423	600	UNIDADE	395444	3024000002244
VEDANTE, TORNEIRA, BITOLA 3/4", PLÁSTICO, PARA TORNEIRAS EM GERAL	400	UNIDADE	242664	3024000001530

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 658.873,12

A composição foi elaborada com base em pesquisas de preços realizadas por meio da ferramenta Banco de Preços e em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021. Esta estimativa esta de acordo com Documento(s) de Formalização da Demanda (DFDs) Consolidado, apensados no processo (Doc. SEI 5563921).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, opta-se pelo parcelamento da contratação, quando técnica e economicamente viável, assegurando maior competitividade e economicidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2025 da UFG e em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional, atendendo às demandas de manutenção predial.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Maior agilidade na execução de serviços de manutenção;
- Redução de custos operacionais, com racionalização do uso de recursos públicos;
- Melhoria da qualidade dos ambientes acadêmicos e administrativos;
- Garantia da continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Serão observados:

- A IN nº 01/2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas contratações públicas;
- As diretrizes do Programa UFG Sustentável, voltado à racionalização de recursos e práticas ambientalmente responsáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises apresentadas, a equipe de planejamento declara viável a presente contratação, considerando os aspectos técnicos, econômicos e institucionais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CECILIO ROCHA FERREIRA DA SILVA
DIRETOR DE MANUTENÇÃO E OBRAS CIVIS

Documento assinado digitalmente
 **MARCELUS ISAAC LEMOS GOMES**
Data: 17/09/2025 16:50:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MARCELUS ISAAC LEMOS GOMES
Engenheiro

ANEXO II**MODELO DE TERMO DE CONTRATO****Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS**

(Processo Administrativo nº 23070.041427/2025-04)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de Goiânia-Go, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Sandramara Matias Chaves, portador da matrícula funcional nº 1127037, nomeado(a) pelo Decreto de 18 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23070.041427/2025-04 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 90083/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de material hidráulico para manutenção predial, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O *Edital da Licitação*;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue

na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Goiânia*, Seção Judiciária de *Goiás* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

DIRETORIA DE COMPRAS

Processo Administrativo nº 23070.041427/2025-04

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de GoiâniaGo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Sandramara Matias Chaves, portador da matrícula funcional nº 1127037, nomeado(a) pelo Decreto de 18 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2025, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23070.041427/2025-04, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de *material hidráulico para manutenção predial*, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação* n.º 90083/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

- 4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*
- 4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
 - 4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
 - 4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*
- 4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*
- 4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*
- 4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
- 4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*
- 4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

- 4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

- 4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem

negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

Anexo IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada a _____, Fone/Fax: _____, e-mail: _____, vem perante a Coordenação de Licitações da Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás apresentar sua proposta de preços para venda/fornecimento dos materiais/produtos objeto do Pregão Eletrônico nº 90083/2025.

Os materiais serão entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da SEINFRA/UFG predial, localizado na Rua R-2 com Alameda Flamboyant, 943, Campus Samambaia, 74.045-155, Goiânia/GO

A descrição, o valor unitário, marca, fabricante, unidade de medida, a quantidade para o item único da licitação supracitada, bem como o valor total da proposta seguem na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	FABRICANTE	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01							
VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: (R\$ escrever valor (valor numérico em moeda e por extenso)).							

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco **Agência** **Conta -Corrente**

VALIDADE DA PROPOSTA: Esta proposta de preços tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: O Prazo de entrega é de no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail.

GARANTIA DOS BENS: será exigido a garantia legal, conforme item 5.5 a 5.18 - Garantia, manutenção e assistência técnica - constante no TR 257/2025.

Para os fins legais de apresentação da presente proposta de preços firmo as seguintes declarações:

1 - que estou ciente de todas as condições de fornecimento e locais de entrega;

2 - que nos valores propostos para o item desta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/produtos;

3 - sob as sanções cabíveis, em observância à legislação de sustentabilidade que:

- Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Os produtos serão entregues, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas e confeccionadas a partir de produtos recicláveis, comportando o menor volume possível, e que as mesmas garantem a máxima proteção dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
- Os produtos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (restriction of certain hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
-listar outras ações sustentáveis praticadas pela Proponente, se houver.....

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR QUE ATUARÁ NA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A CONTRATANTE E ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SEI/UFG - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E QUE RECEBERÁ A NOTA DE EMPENHO, PARA A VENDA DOS PRODUTOS/BENS PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:

Nome completo: _____

E-mail do fornecedor: _____

Telefone (s) do fornecedor: _____

Endereço da Empresa: _____

Data de início das atividades da empresa no endereço atual: _____

CPF: _____

Carteira de Identidade: _____

Estado Civil: _____

Nacionalidade: _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

OBSERVAÇÃO 1: o prazo de validade da proposta pode ser maior que 90 (noventa) dias, bastando para isso o fornecedor entender que tem condições financeiras de assim o fazer.

OBSERVAÇÕES GERAIS: Outras informações pertinentes aos itens também poderão ser incluídos pelos fornecedores na proposta de preços. Após preencher o modelo de proposta e apor o timbre da empresa o fornecedor deve apagar todas as observações e orientações de preenchimento deste modelo.

LOCAL/DATA

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(PREFERENCIALMENTE ASSINATURA DIGITAL)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SISTEMA SEI/UFG

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), no uso das atribuições disciplina os procedimentos para habilitação de cadastro de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG):

1. Entende-se por "usuários externos" as pessoas físicas, representantes de pessoa jurídica ou não, que necessitem peticionar, visualizar ou assinar documentos no SEI no âmbito da UFG e que não possuam acesso direto ao sistema.

1.1. Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:

I. Acompanhar o trâmite de processos e documentos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

II. Assinar e peticionar eletronicamente documentos de seu interesse.

1.2. O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no [Portal UFG Virtual](#).

1.2.1. O cadastro, em regra, será realizado apenas uma vez para cada pessoa física.

1.2.2. Em caso de perda de acesso ou inconsistência de dados um novo cadastro poderá ser solicitado, conforme procedimentos previstos no item 2 desta Orientação:

2. Para validação do cadastro de usuário externo no SEI-UFG o usuário deverá encaminhar ao e-mail sei@ufg.br cópia digital do Termo de Concordância e Veracidade, cópia digital de documento oficial de identificação com foto que contenha o número de CPF e, se representante de empresa, cópia da última atualização do Contrato Social da empresa que representa.

I. [O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) deve ser preenchido, datado, assinado e preservado pelo interessado.

a) o Termo de Concordância e Veracidade deve ser, preferencialmente, assinado com certificado digital padrão ICP-Brasil e passível de validação no verificador de conformidade do padrão de assinatura digital ICP-Brasil;

b) na impossibilidade de atendimento do item a, o usuário deverá assinar o Termo de Concordância e Veracidade, digitalizá-lo e utilizar conta de e-mail institucional de sua empresa ou instituição à qual esteja vinculado para o envio à UFG.

c) na impossibilidade de atendimento dos itens a ou b, o usuário deverá enviar além do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente

assinado, a imagem pessoal digital (fotografia) com documento de identificação oficial com foto em mãos de forma a complementar a certificação de identidade do usuário.

II. O documento de identificação oficial com foto deve conter o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, se estrangeiro, Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

III. A cópia do Contrato Social ou Alteração Contratual deve ser atualizada e deve acompanhar os demais documentos quando se tratar de representante de empresa.

a) Os documentos listados nos incisos I, II e III devem ser enviados, preferencialmente, como cópias digitais coloridas.

3. O recebimento da documentação ficará registrado em processo no SEI:

3.1. O processo será iniciado com o assunto: "Informática: Cadastro de usuários externos no SEI";

3.2. Os documentos listados no item 02 serão inseridos no processo como documentos externos juntamente com a cópia do e-mail enviado pelo interessado;

3.3. O interessado será comunicado por e-mail e o processo deverá ser concluído na unidade;

3.4. Cabe ao Cidarq a instrução do processo e a validação do cadastro de usuário externo.

4. A UFG poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar para efetivação da validação do cadastro, assim como requisitar a apresentação de originais ou cópias autenticadas em cartório, definindo um prazo para o atendimento da solicitação, quando os documentos não forem suficientes para comprovação de identificação do usuário.

4.1. O credenciamento de usuário externo será indeferido ou desativado no descumprimento das exigências de apresentação de documentação solicitada pela UFG;

4.2. O cadastro de usuário externo será efetivado apenas após a apresentação dos documentos requeridos, sendo eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na entrega da documentação de inteira responsabilidade do usuário.

4.3. Digitalizações que estejam ilegíveis serão desconsideradas e o usuário será contatado para providenciar novo envio da documentação.

5. Ao obter credenciamento o usuário externo aceita incondicionalmente os termos e condições que regem o processo eletrônico e o sistema SEI e assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso do login e senha, que lhe são exclusivos, bem como pelo uso indevido do sistema.

6. Havendo suspeita de fraude no cadastro de usuário externo, assim como no uso do sistema por parte do mesmo e/ou de terceiros, o servidor que tiver conhecimento deverá comunicar às autoridades competentes para que seja instaurado procedimento investigativo para apuração dos fatos.

6.1. A instauração de procedimentos investigativos por parte de outros Órgãos não isenta a UFG da responsabilidade de apurar os fatos internamente, na instância administrativa, e de adotar ações para que os mesmos não voltem a se repetir.

7. Situações não previstas ou dúvidas referentes aos procedimentos para o cadastro externo de usuário do SEI serão dirimidas pelo Cidarq através dos telefones (62) 3521-1089/1041/1056 ou através do e-mail sei@ufg.br.